

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR (PREVIC)

TIPO 1



SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **25 (vinte e cinco)** questões objetivas e **2 (duas)** questões discursivas, você receberá do fiscal de prova o cartão de respostas e a(s) folha(s) de textos definitivos;
- As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.



TEMPO

- Você dispõe de **4 (quatro) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas;
- **1 (uma) hora e 30 (trinta) minutos** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;
- A partir dos **30 (trinta) minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas e as folhas de textos definitivos;
- Para o preenchimento do cartão de respostas e das folhas de textos definitivos, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s) no cartão de respostas e nas folhas de textos definitivos;
- Confira seu cargo e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas e nas folhas de textos definitivos, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas e das suas folhas de textos definitivos. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca do cartão de respostas e das folhas de textos definitivos em caso de erro cometido pelo candidato**;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas e nas folhas de textos definitivos;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa sorte!**

PROVA OBJETIVA - SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR (PREVIC)

1

A NBC PG 01 - CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO CONTADOR identifica possíveis ameaças à conformidade com os princípios éticos, como interesses próprios ou pressões externas, e propõe salvaguardas para mitigar esses riscos, como a educação continuada e a adoção de procedimentos de revisão.

A norma também aborda a questão dos conflitos de interesse, enfatizando a necessidade de gerenciá-los de maneira que garanta a imparcialidade e a independência profissional.

De acordo com a NBC PG 01, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para falsa.

- () É vedado ao contador realizar qualquer tipo de publicidade, em qualquer modalidade ou veículo de comunicação, dos serviços contábeis.
- () A conduta do contador com relação aos colegas deve ser pautada nos princípios de consideração, respeito, apreço, solidariedade e harmonia da classe.
- () Nas propostas para a prestação de serviços profissionais, devem constar, explicitamente, todos os serviços cobrados individualmente, o valor de cada serviço, a periodicidade e a forma de reajuste.

As afirmações são, respectivamente,

- (A) F – V – V.
- (B) V – V – V.
- (C) F – V – F.
- (D) V – F – V.
- (E) F – F – V.

2

A NBC TA 620 orienta os auditores sobre o uso do trabalho de especialistas em auditorias de demonstrações contábeis. Ela exige que o auditor avalie a competência, a capacitação e a objetividade do especialista, compreenda a natureza e relevância do trabalho realizado e garanta uma comunicação eficaz para integrar esse trabalho à auditoria.

O auditor deve assegurar que o trabalho do especialista seja adequado para apoiar a opinião da auditoria, podendo referenciá-lo no relatório, se necessário.

De acordo com a NBC TA 620, avalie se as afirmativas a seguir são verdadeiras (V) ou falsas (F).

- () O auditor não deve fazer referência ao trabalho do especialista do auditor em seu relatório que contenha opinião não modificada.
- () Quando o especialista do auditor em seu trabalho apresentar um assunto que deva ser considerado para uma opinião modificada, a responsabilidade pela opinião passa a ser do especialista.
- () Se o auditor determina que o trabalho do especialista do auditor não é adequado para fins da auditoria, o auditor deve executar procedimentos adicionais de auditoria apropriados nas circunstâncias.

As afirmações são, respectivamente,

- (A) F – V – V.
- (B) V – V – V.
- (C) F – V – F.
- (D) V – F – V.
- (E) F – F – V.

3

A Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, estabelece as condições e procedimentos que as entidades fechadas de previdência complementar devem seguir na apuração de resultados, na destinação e utilização de superávits, e no equacionamento de déficits dos planos de benefícios previdenciários que administram.

A norma também define parâmetros técnico-atuariais para a estruturação desses planos, visando assegurar a sustentabilidade financeira e a equidade na distribuição dos resultados entre participantes, assistidos e patrocinadores.

Observadas as informações constantes em estudo específico da situação econômico-financeira e atuarial acerca das causas do déficit técnico, deverá ser elaborado e aprovado o plano de equacionamento de déficit, se o déficit for superior ao limite calculado pela seguinte fórmula: Limite de Déficit Técnico Acumulado = $1\% \times (\text{duração do passivo} - 4) \times \text{Provisão Matemática}$, no seguinte período:

- (A) até o final do exercício corrente.
- (B) até o final do exercício subsequente.
- (C) até o final do mandato da Diretoria Executiva.
- (D) imediatamente, dada a gravidade da situação.
- (E) até o final do mandato do Conselho Deliberativo.

4

Uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC) está passando por um processo de reestruturação administrativa que envolve a eleição de novos membros para o conselho deliberativo. Durante a transição, surgem dúvidas sobre como contabilizar os custos associados a este processo sucessório, garantindo a transparência e conformidade com as normas estabelecidas.

O procedimento contábil mais adequado que a EFPC deve adotar para o registro do processo sucessório, em conformidade com a Resolução CNPC nº 43/21, é

- (A) ignorar os custos até a conclusão do processo, realizando a contabilização após a finalização dos trabalhos.
- (B) avaliar os custos e divulgar em notas explicativas, apresentando a metodologia de cálculo, garantindo a transparência.
- (C) registrar os custos como despesas operacionais no mês do evento, observando o regime de competência para as despesas.
- (D) absorver integralmente os custos pelo fundo administrativo durante o processo de reestruturação administrativa.
- (E) provisionar os custos e alocá-los de forma sistemática ao longo do mandato dos novos membros, divulgando em notas explicativas o método de alocação.

5

A Resolução CNPC nº 44/2021 estabelece diretrizes para a contratação e atuação de auditoria independente nas Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC).

Ela exige que as auditorias sejam realizadas por profissionais ou firmas registradas na CVM e habilitadas pelo CFC, define critérios para independência do auditor e estabelece prazo máximo de 5 anos para a renovação do responsável técnico, e determina que o auditor deve avaliar as demonstrações contábeis e controles internos da EFPC.

Durante uma auditoria externa de uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), fiscalizada pela PREVIC, o auditor independente identificou que alguns dados solicitados para análise não foram disponibilizados pela Administração no prazo previamente acordado. Além disso, a Carta de Responsabilidade da Administração foi entregue sem contemplar certos aspectos exigidos pelas normas do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Considerando a Resolução CNPC nº 44/2021 e as normas profissionais aplicáveis, o auditor deve, nessa situação,

- (A) encerrar o trabalho e comunicar à Previc a ausência de documentos exigidos.
- (B) prosseguir com o trabalho e emitir parecer com ressalva baseado nos dados já recebidos.
- (C) emitir relatório sem modificação, registrando em papéis de trabalho a limitação encontrada.
- (D) ajustar unilateralmente a carta de responsabilidade para incluir os pontos faltantes e concluir o trabalho.
- (E) solicitar formalmente a complementação das informações e ajustar a carta de responsabilidade antes de concluir seu relatório.

6

A Resolução CNPC nº 46, de 01 de outubro de 2021, estabelece regras para identificação e cadastramento dos planos de benefícios das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC). Ela determina que os planos sejam registrados no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios (CNPB) e no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ). A norma também define procedimentos para atualização cadastral e responsabilidades da EFPC. Visa assegurar maior transparência, controle e supervisão pela PREVIC. O descumprimento pode implicar sanções regulatórias.

De acordo com a Resolução CNPC nº 46/2021, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para falsa.

- () Cada plano de benefícios terá identidade própria e individualizada quanto aos aspectos regulamentares, cadastrais, atuariais, administrativos, contábeis e de investimentos.
- () Os recursos de um plano de benefícios respondem por obrigações de outro plano de benefícios ou por obrigações da entidade que o administra.
- () Admitir-se-á solidariedade entre patrocinadores ou entre instituidores com relação aos respectivos planos de benefícios, desde que expressamente prevista no convênio de adesão.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F – V – V.
- (B) V – V – V.
- (C) F – V – F.
- (D) V – F – V.
- (E) F – F – V.

7

Uma entidade de previdência complementar fechada, fiscalizada pela PREVIC, está elaborando suas notas explicativas para a divulgação de informações sobre a contratação de contribuições em atraso, serviço passado e o equacionamento de déficit técnico.

O auditor externo independente, ao revisar essas notas, deve ter em mente que

- (A) a entidade pode omitir os dados referentes aos patrocinadores, desde que o saldo da dívida seja informado de forma agregada.
- (B) as notas explicativas não precisam informar a repactuação de valores ou inadimplências circunstanciais, apenas o saldo total da dívida.
- (C) o quadro de composição da dívida não precisa ser apresentado em detalhes, bastando uma menção genérica da existência da dívida.
- (D) a expectativa de amortização dos contratos deve ser evidenciada, sem necessidade de segregação por patrocinador ou plano de benefícios, podendo ser agrupada como uma única dívida.
- (E) as notas explicativas devem incluir, no mínimo, o valor contratado, juros pactuados, parcelas, forma e prazo de amortização, quantidade de parcelas, data de vencimento e saldos em aberto, com base em comportamento anterior.

8

A Norma Brasileira de Contabilidade – CTA 08, de 26 de julho de 2013, estabelece diretrizes para a emissão do relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC).

A norma define os procedimentos a serem seguidos pelos auditores ao revisar e emitir a opinião sobre as demonstrações financeiras dessas entidades. Ela também aborda as responsabilidades do auditor, incluindo a necessidade de examinar as adequações dos registros contábeis e o cumprimento das normas regulamentares. A norma busca garantir a transparência e a confiabilidade das informações financeiras dessas entidades.

Relacione a natureza dos assuntos que geraram a modificação estabelecidos no CTA 08/2013 com seus respectivos tipos de opiniões na emissão do Relatório de Auditoria.

1. As demonstrações contábeis apresentam distorções relevantes e generalizadas.
2. As demonstrações contábeis apresentam distorções relevantes, mas não generalizadas.
3. Impossibilidade de obter evidência de auditoria apropriada e suficiente, relevante e generalizada.

- () Opinião adversa
() Opinião com ressalva
() Abstenção de opinião

A correspondência correta, na ordem apresentada, é:

- (A) 2 – 3 – 1.
(B) 2 – 1 – 3.
(C) 1 – 2 – 3.
(D) 1 – 3 – 2.
(E) 3 – 1 – 2.

9

Em relação à avaliação e ao monitoramento de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 4.994/22, que dispõe sobre as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar (EFPC), avalie as afirmações a seguir.

- I. A EFPC, na administração da carteira própria, deve identificar, analisar, avaliar, controlar e monitorar os riscos de crédito, de mercado, de liquidez, operacional, legal, sistêmico e outros inerentes a cada operação.
- II. Na análise de riscos, não devem ser incluídos os aspectos relacionados à sustentabilidade ambiental e social dos investimentos.
- III. A EFPC deve adotar regras e implementar procedimentos para a seleção e o monitoramento de administração de carteiras de valores mobiliários e de fundo de investimento.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
(B) I e II, apenas.
(C) I e III, apenas.
(D) II e III, apenas.
(E) I, II e III.

10

De acordo com a Resolução CNPC nº 44, que dispõe sobre a prestação de serviços de auditoria independente para as entidades fechadas de previdência complementar, as entidades devem promover, em no máximo cinco exercícios sociais consecutivos, a substituição do responsável técnico, do diretor, do gerente e de qualquer outro integrante com função de gerência da equipe envolvida nos trabalhos de auditoria independente.

Ainda com base na resolução, se o responsável técnico foi substituído em 1º de janeiro de 2024, o seu retorno somente poderá ocorrer em 1º de janeiro de

- (A) 2025.
(B) 2026.
(C) 2027.
(D) 2028.
(E) 2029.

11

A Resolução CNPC nº 43, de 06/08/2021, dispõe sobre os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar e sobre o registro e avaliação de títulos e valores mobiliários.

Avalie, com base no Art. 7º da referida Resolução, se os balancetes obrigatórios para a entidade incluem

- I. balancete do plano de benefícios;
- II. balancete do plano de gestão administrativa;
- III. balancete consolidado;
- IV. balancete de investimentos dos planos de benefícios.

Está correto o que se apresenta em

- (A) I, II e IV, apenas.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) I, III e IV, apenas.
- (D) III e IV, apenas.
- (E) II, III e IV, apenas.

12

Segundo o Art. 22 da Resolução CNPC nº 43, de 06/08/2021, para o registro contábil de processo sucessório, a entidade deve observar, entre outros, o seguinte conceito:

- (A) incorporação: absorção de um plano de benefício previdencial por outro que assume todos os seus direitos e obrigações, ficando mantidas as relações jurídicas já constituídas.
- (B) fusão: absorção de um plano de benefício previdencial por outro que assume todos os seus direitos e obrigações, ficando mantidas as relações jurídicas já constituídas.
- (C) cisão: absorção de um plano de benefício previdencial por outro que assume todos os seus direitos e obrigações, ficando mantidas as relações jurídicas já constituídas.
- (D) transferência de gerenciamento: transferência de parcela do patrimônio (bens, direitos e obrigações) de um plano de benefícios previdencial para um ou mais planos de benefícios previdenciais, extinguindo-se no caso de transferência total (cisão total) ou mantendo-se no caso de transferência parcial (cisão parcial).
- (E) combinação de negócios: operação que consiste na transferência de gestão de um plano de benefícios de uma entidade fechada para outra, mantidos os mesmos patrocinadores, e abrangendo a totalidade dos seus participantes e assistidos e a integralidade de seus ativos e passivos, incluindo os direitos e obrigações previstas no regulamento do plano de benefícios.

13

A Resolução CMN nº 4.994, de 24/03/2022, dispõe sobre as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar. Em relação a Avaliação e Monitoramento de Risco, o Art. 10 menciona que a Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), na administração da carteira própria, deve identificar, analisar, avaliar, controlar e monitorar os riscos de crédito, de mercado, de liquidez, operacional, legal, sistêmico e outros inerentes a cada operação.

Avalie se as seguintes afirmações guardam relação com o referido artigo.

- I. A EFPC deve realizar análise prévia dos riscos dos investimentos, incluindo suas garantias reais ou fidejussórias.
- II. A utilização de avaliação de agência classificadora de risco não substitui a necessária análise dos riscos.
- III. A EFPC deve avaliar, monitorar e gerenciar o risco e o retorno esperado dos investimentos.
- IV. A EFPC deve considerar na análise de riscos, sempre que possível, os aspectos relacionados à sustentabilidade econômica, ambiental, social e de governança dos investimentos.

Estão corretas:

- (A) I, II e III, apenas.
- (B) I, III e IV, apenas.
- (C) II, III e IV, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

14

De acordo com a Lei Complementar nº 109/2001, as Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) têm as seguintes características, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) São sociedades civis ou fundações sem fins lucrativos.
- (B) São sociedades anônimas com fins lucrativos.
- (C) São criadas para administrar planos de benefícios de natureza previdenciária.
- (D) São criadas para executar planos de benefícios de natureza previdenciária.
- (E) São acessíveis, na forma regulamentada pelo órgão regulador e fiscalizador, exclusivamente aos entes denominados patrocinadores e instituidores.

15

Sobre as Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), à luz da LC nº 109/2001, é correto afirmar que

- (A) têm por órgão regulador a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC).
- (B) têm por órgão fiscalizador a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).
- (C) têm por órgão regulador o Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC).
- (D) têm por órgão regulador o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP).
- (E) têm por órgão fiscalizador o Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC).

16

A formalização da condição de patrocinador ou instituidor de um plano de benefício de uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, à luz da Lei Complementar nº 109/2001, dar-se-á mediante

- (A) contrato do plano de benefício celebrado entre o patrocinador ou instituidor e a entidade fechada.
- (B) convênio de adesão celebrado entre o patrocinador ou instituidor e a entidade fechada.
- (C) convênio de adesão celebrado entre a entidade fechada e o órgão regulador.
- (D) contrato do plano de benefício celebrado entre a entidade fechada e o órgão regulador.
- (E) convênio de adesão celebrado entre a entidade fechada e o órgão regulador ou contrato do plano de benefício celebrado entre a entidade fechada e o órgão regulador.

17

Sobre o custeio dos planos de benefícios das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, previsto na Lei Complementar nº 108/2001, é correto afirmar que

- (A) o custeio dos planos de benefícios será de responsabilidade do patrocinador e dos participantes, exceto assistidos.
- (B) a contribuição normal do patrocinador para plano de benefícios, será de 60% enquanto e do participante, será de 40%.
- (C) os planos poderão prever o aporte de recursos pelos participantes, a título de contribuição facultativa, com contrapartida do patrocinador.
- (D) a contribuição eventual do patrocinador para o plano de benefícios em hipótese alguma excederá a do participante, observadas as regras específicas emanadas do órgão regulador e fiscalizador.
- (E) é vedado ao patrocinador assumir encargos adicionais para o financiamento dos planos de benefícios, além daqueles previstos nos respectivos planos de custeio.

18

Com base no que dispõe a Lei Complementar nº 108/2001, relacione as estruturas organizacionais das Entidades Fechadas de Previdência Complementar que possuam como patrocinador a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, ou suas Autarquias, Fundações, Sociedades de Economia Mista ou quaisquer empresas que mantenham relação direta ou indireta com o poder público (ou seja, conselho deliberativo, conselho fiscal e diretoria-executiva) com suas respectivas características.

1. Conselho deliberativo
 2. Conselho fiscal
 3. Diretoria-executiva
- () Integrado por no máximo 4 membros, e de forma paritária entre representantes de patrocinadores e de participantes e assistidos.
- () Integrado por no máximo 6 membros, e de forma paritária entre representantes dos participantes e assistidos e dos patrocinadores, sendo que a escolha dos participantes e assistidos ocorre por meio de eleição direta entre seus pares.
- () O mandato de seus membros está previsto no estatuto da entidade fechada.
- () O mandato de seus membros será de 4 anos, com garantia de estabilidade, permitida uma recondução.
- () Integrado por no máximo 6 membros, definidos em função do patrimônio da entidade e do seu número de participantes, inclusive assistidos.
- () O mandato de seus membros será de 4 anos, vedada a recondução.

A relação correta, na ordem apresentada, é

- (A) 2 – 1 – 3 – 1 – 3 – 2.
- (B) 3 – 2 – 2 – 3 – 1 – 1.
- (C) 1 – 3 – 1 – 2 – 2 – 3.
- (D) 2 – 1 – 2 – 1 – 3 – 3.
- (E) 3 – 1 – 3 – 1 – 2 – 2.

19

A administração de uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), em relação aos imóveis presentes na carteira de investimentos da entidade, adotou a política contábil de avaliar todos os imóveis com base no método de renda por fluxo de caixa descontado, utilizando-se para essa finalidade de laudos de avaliação emitidos por especialistas externos contratados pela administração. Todos os laudos foram emitidos a menos de 180 dias da data das demonstrações contábeis.

Sabe-se que a utilização de especialistas em avaliação de edifícios é uma das especializações em área que não contabilidade ou auditoria, conforme previsto na Norma Brasileira de Contabilidade NBC TA 620 - UTILIZAÇÃO DO TRABALHO DE ESPECIALISTAS.

Conforme o contexto apresentado, é correto afirmar que

- (A) como foi utilizado um especialista da administração na elaboração das demonstrações contábeis no que se refere à mensuração dos imóveis, o auditor deve avaliar até que ponto a administração pode exercer controle ou influência sobre o trabalho do especialista para decidir sobre a utilização de especialista do auditor.
- (B) como foi utilizado um especialista na elaboração das demonstrações contábeis no que se refere à mensuração dos imóveis, o auditor deve fazer referência ao trabalho do especialista em seu relatório que contenha opinião não modificada.
- (C) se o especialista do auditor proposto for uma pessoa que teve papel significativo na elaboração das informações que estão sendo auditadas, ou seja, for o especialista da administração utilizado na mensuração dos imóveis, esse fato pode reduzir significativamente as ameaças à objetividade a um nível aceitável.
- (D) como foi utilizado um especialista da administração na elaboração das demonstrações contábeis no que se refere à mensuração dos imóveis e esse especialista é um empregado da administração, o auditor aceitará que as constatações ou conclusões desse especialista constituem evidência de auditoria apropriada.
- (E) o auditor deve estabelecer acordo, por escrito, com o especialista da administração utilizado para a avaliação dos imóveis, contemplando a natureza, o alcance e os objetivos do trabalho desse especialista, as respectivas atribuições e responsabilidade do auditor e desse especialista, a natureza, a época e a extensão da comunicação entre o auditor e esse especialista, e a necessidade de o especialista observar requisitos de confidencialidade.

20

Relacione os termos a seguir, conforme as definições contidas na Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018.

1. Revisão do plano de benefícios.
 2. Equacionamento de déficit.
 3. Duração do passivo.
 4. Ajuste de precificação.
- () Decisão da EFPC quanto às formas, prazos, valores e condições em que se dará o completo reequilíbrio do plano de benefícios.
- () Média ponderada dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios de cada plano, líquidos de contribuições incidentes sobre esses benefícios.
- () Valor correspondente à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos.
- () Readequação visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro e atuarial do plano.

Assinale a opção que indica a relação correta, na ordem apresentada.

- (A) 3 – 4 – 1 – 2.
(B) 1 – 3 – 4 – 2.
(C) 4 – 1 – 2 – 3.
(D) 2 – 3 – 4 – 1.
(E) 4 – 3 – 2 – 1.

21

Em relação à política, aos procedimentos e aos controles internos a serem adotados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) visando à prevenção da utilização do regime para a prática dos crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores e ao financiamento do terrorismo, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a afirmativa verdadeira e (F) para a falsa.

- () João da Silva deixou de ocupar um cargo de Ministro de Estado no Governo Federal há seis anos e vem atuando profissionalmente na iniciativa privada desde então. João da Silva foi recentemente contratado por uma indústria e está aderindo a um plano de benefícios oferecido pela empresa. A EFPC que administra o plano de benefícios deve identificar e qualificar João da Silva como pessoa exposta politicamente.
- () Uma EFPC deve estabelecer diretrizes para mitigar as práticas de lavagem de dinheiro e de financiamento do terrorismo compatível com o perfil de risco dos seus clientes, definidos como os participantes, os beneficiários e os assistidos dos planos de benefícios de caráter previdenciário administrados pela EFPC.
- () As EFPC devem manter registro que reflita suas operações ativas e passivas e a identificação das pessoas físicas ou jurídicas com as quais estabeleça qualquer tipo de relação jurídica cujo valor seja igual ou superior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)..

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F – F – F.
(B) V – F – V.
(C) F – V – F.
(D) V – V – F.
(E) V – V – V.

22

Avalie, com base na NBC PA 400 - INDEPENDÊNCIA PARA TRABALHO DE AUDITORIA E REVISÃO se, quando a firma de auditoria identifica uma violação dos requerimentos de independência para trabalhos de auditoria e revisão, ela deve

- I. considerar se algum requisito legal ou regulatório se aplica à violação e, se esse for o caso, cumprir com esses requisitos e considerar a comunicação da violação ao órgão profissional ou regulador ou autoridade supervisora se essa comunicação for prática comum ou esperada na jurisdição relevante;
- II. avaliar a importância da violação e seu impacto na objetividade e na capacidade da firma de emitir o relatório de auditoria;
- III. exercer julgamento profissional e levar em consideração se um terceiro informado e prudente provavelmente concluiria que a objetividade da firma ficaria comprometida e que, portanto, a firma ficaria impossibilitada de emitir o relatório de auditoria.

De acordo com a NBC PA 400, está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) II, apenas.

23

Avalie se as afirmações a seguir são verdadeiras (V) ou falsas (F).

- () Entre os documentos que as EFPC devem elaborar, exigem-se, do auditor independente, o relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis; o relatório circunstanciado sobre controles internos; e o relatório para propósito específico, exigido para as EFPC classificadas pela Previc nos segmentos S1 e S2.
- () A nota técnica atuarial consiste em documento técnico elaborado por atuário devidamente habilitado, em observância à modelagem do plano de benefícios. Ela deve estar atualizada e consistente com o regulamento do plano de benefícios; ser elaborada observando as características específicas de cada plano de benefícios; e ser enviada à Previc.
- () As demonstrações atuariais podem ser completas ou simplificadas. Elas devem ser elaboradas e enviadas anualmente apenas nos casos de planos que possuam benefícios a conceder. As informações contidas nas demonstrações atuariais devem refletir de forma individualizada todos os planos de benefícios mantidos pela EFPC e aprovados pelo órgão competente, na data de referência da avaliação atuarial.
- () A propositura do Termo de Ajustamento de Conduta é prerrogativa do interessado em corrigir determinada conduta passível de autuação pela Previc e constitui título executivo extrajudicial. A celebração do Termo de Ajustamento de Conduta não importa confissão do compromissário quanto à matéria de fato, nem reconhecimento de ilicitude da conduta analisada, mas não afasta a eventual responsabilidade administrativa perante outros órgãos da administração pública ou penal pelo mesmo fato, nem importa reconhecimento de responsabilidade para outros fins que não os estabelecidos expressamente no compromisso.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – F – V – F.
- (B) V – V – F – F.
- (C) F – F – V – V.
- (D) F – V – F – V.
- (E) F – V – V – F.

24

Com base na Resolução PREVIC nº 23, de 14 de agosto de 2023 (e alterações), avalie se as afirmações a seguir são verdadeiras (V) ou falsas (F).

- () A conta contábil “Provisões Matemáticas a Constituir / (-) Equacionamento de Déficit a Integralizar” (2.03.01.01.03.02.00), deve ser utilizada para registrar, de acordo com a nota técnica atuarial, o valor atual das contribuições extraordinárias futuras, referentes a déficit equacionado dos patrocinadores, participantes e assistidos. Ela é debitada pela reversão e creditada constituição.
- () A conta contábil “Investimentos / Investimentos em Imóveis” (1.02.03.07.00.00.00), deve ser utilizada para registrar os bens imóveis destinados ao funcionamento da EFPC. Ela é debitada pela aquisição do bem; apropriação de acréscimos; e baixa da depreciação ou amortização e creditada pela baixa ou alienação; e pela apropriação da depreciação ou amortização.
- () Os registros contábeis das EFPC devem ser realizados de forma que o patrimônio, as respectivas mutações e os resultados possam ser evidenciados de maneira consolidada, em relação aos planos de benefícios de caráter previdencial e assistencial e do plano de gestão administrativa.
- () As EFPC devem registrar, ao final de cada mês, no balancete de cada plano de benefícios de caráter previdencial, nas contas "Participação no Plano de Gestão Administrativa", no Ativo, e "Participação no Fundo Administrativo do Plano de Gestão Administrativa", no Passivo, a parcela equivalente à participação do plano de benefícios no fundo administrativo registrado no Plano de Gestão Administrativa.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F – F – V – V.
- (B) V – V – V – F.
- (C) F – F – F – F.
- (D) V – V – V – V.
- (E) F – F – F – V.

25

Em relação à retirada de patrocínio, conforme disposições contidas na Resolução Previc nº 23, de 14 de agosto de 2023 e alterações posteriores, assinale a afirmativa correta.

- (A) A data de aporte é aquela na qual devem ocorrer os aportes de responsabilidade do patrocinador, previstos no termo de retirada de patrocínio ou de rescisão unilateral, no prazo de trinta dias, contados da data do cálculo. Entre as exceções desse prazo, refere-se à diferença a menor entre o valor dos ativos precificados a mercado, na data de cálculo, e sua posterior realização, cuja quitação deve ocorrer no prazo de, no mínimo, trinta dias antes da data efetiva.
- (B) O plano de transferência de gerenciamento é o documento pactuado entre o patrocinador e as entidades de origem e de destino contemplando, pelo menos, a definição de cronograma, as diretrizes relacionadas à elaboração do Termo de Transferência e a forma de disponibilização de documentos e informações para viabilizar a operação.
- (C) O representante legal da EFPC deve, no prazo de dez dias úteis, contados da data da notificação dos patrocinadores ou instituidores do plano de benefícios objeto de transferência de gerenciamento: (a) dar ciência aos órgãos estatutários da EFPC; (b) comunicar os participantes e assistidos vinculados ao plano de benefícios; e (c) adotar os procedimentos necessários ao início da transferência de gerenciamento.
- (D) A entidade de origem deve encaminhar o termo de retirada de patrocínio à entidade de destino, observado o prazo de cinco dias úteis, contados da data do protocolo do termo de opção ou do envio das informações necessárias para a confecção do termo de retirada de patrocínio.
- (E) A EFPC deve comunicar aos participantes, aos assistidos e ao patrocinador a autorização da transferência do gerenciamento do plano de benefícios pela Previc e os prazos para os procedimentos subsequentes, no prazo de dez dias úteis, contados da data de autorização.

PROVA DISCURSIVA - SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR (PREVIC)

Questão 1

Analisando a contratação de serviços de auditoria independente para fins de demonstrações contábeis, a Entidade Fechada de Previdência Complementar Cia. Midgard observou que poderá solicitar aos auditores que produzam alguns relatórios previstos na Resolução CNPC nº 44, de 06/08/2021, que dispõe sobre a prestação de serviços de auditoria independente para as entidades fechadas de previdência complementar.

Com base nessa Resolução, responda ao que se pede a seguir.

- A) Descreva os relatórios que serão recebidos pela Cia Midgard da empresa de auditoria contratada.**
- B) Discorra sucintamente acerca dos documentos da auditoria contábil independente que as entidades devem solicitar que o auditor independente produza.**

Questão 2

O Plano de Gestão Administrativa (PGA) tem por finalidade registrar as atividades referentes à administração da EFPC e deve ter o regulamento do PGA aprovado pelo Conselho Deliberativo, com a definição de todos os requisitos necessários para a operacionalização da referida gestão.

A EFPC deve estabelecer regras claras e objetivas no regulamento do PGA, definindo, no mínimo, fontes e destinações dos recursos administrativos, bem como os direitos e as obrigações dos planos de benefícios, dos patrocinadores, dos participantes e dos assistidos, nos casos de transferência de gerenciamento, criação e extinção de planos de benefícios, retirada de patrocínio e adesões de novos patrocinadores, entre outras formas de reorganização.

O Guia PREVIC de Melhores Práticas Contábeis e de Auditoria relaciona as informações que são recomendadas à EFPC para fins de divulgação.

Identifique essas informações e descreva-as sucintamente.

Realização

